

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Desempenho: No exercício a DTVM apresentou um lucro de R\$ 73.005 mil, correspondente a R\$ 1.460,10 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 51.104 mil. Em 31 de dezembro de 2019, o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 8.139,16 com aumento de 14,97% em relação ao exercício anterior.									
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)									
Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018		
Circulante		997.273	857.664	Circulante		929.314	509.167		
Disponibilidades		21.213	114	Outras obrigações		929.314	509.167		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	969.480	851.618	Fiscais e previdenciárias	6	27.814	34.015		
Aplicações no mercado aberto		91.600	57.716	Negociação e intermediação de valores	7	896.803	469.274		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		877.880	793.902	Diversas	6	4.697	5.878		
Outros créditos		6.442	5.787	Exigível a longo prazo		25.320	24.847		
Rendas a receber		5.530	5.214	Outras obrigações		25.320	24.847		
Diversos	6	912	573	Fiscais e previdenciárias	6 e 8	25.104	24.461		
Outros valores e bens		138	145	Diversas	6	216	386		
Despesas antecipadas		138	145	Patrimônio líquido	10	406.958	353.953		
Realizável a longo prazo		363.978	29.823	Capital social		274.104	274.104		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	336.532	-	De domiciliados no País		274.104	274.104		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		336.532	-	Reservas de capital		2.584	2.584		
Outros créditos		27.446	29.823	Reservas de lucros		130.270	77.265		
Diversos	6	27.446	29.823						
Permanente		341	480						
Investimentos		1	1						
Outros investimentos		1	1						
Imobilizado de uso		340	479						
Outras imobilizações de uso		852	903						
(Depreciações acumuladas)		(512)	(424)						
Total do ativo		1.361.592	887.967	Total do passivo e patrimônio líquido		1.361.592	887.967		
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
(Em milhares de reais)									
			Reservas de capital			Reservas de lucros			
			Subvenção para			Lucros			
	Nota	Capital social	investimento	Legal	Estatutária	acumulados	Total		
Em 31 de dezembro de 2017		274.104	2.584	23.601	152.560	-	452.849		
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	51.104	51.104		
Distribuição de dividendos (R\$ 3.000 por ação)	10	-	-	-	(150.000)	-	(150.000)		
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	10	-	-	2.555	-	(2.555)	-		
Reserva estatutária	10	-	-	-	48.549	(48.549)	-		
Em 31 de dezembro de 2018		274.104	2.584	26.156	51.109	-	353.953		
Juros sobre capital próprio (R\$ 400,00 por ação)	10	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)		
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	73.005	73.005		
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	10	-	-	3.650	-	(3.650)	-		
Reserva estatutária	10	-	-	-	49.355	(49.355)	-		
Em 31 de dezembro de 2019		274.104	2.584	29.806	100.464	-	406.958		
Em 30 de junho de 2019		274.104	2.584	27.739	51.109	30.078	385.614		
Juros sobre capital próprio (R\$ 400,00 por ação)	10	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)		
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	41.344	41.344		
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	10	-	-	2.067	-	(2.067)	-		
Reserva estatutária	10	-	-	-	49.355	(49.355)	-		
Em 31 de dezembro de 2019		274.104	2.584	29.806	100.464	-	406.958		
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO de 2019									
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
1. Contexto operacional: A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora" ou "Instituição") é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Distribuidora foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 17 de março de 2020.									
2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis									
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638 e 11.941, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN).									
Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.									
3. Principais práticas contábeis									
a) Apuração do resultado: É apurado pelo regime de competência.									
b) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.									
c) Permanente: Representado, principalmente, por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. Conforme Resolução nº 4.535, do CMN, a depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens.									
d) Passivos circulante e exigível a longo prazo: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos.									
e) Passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Não há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.									
f) Imposto de renda e contribuição social									
A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% para o ano corrente. Até 31 dezembro de 2018, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme Lei nº 13.169. Ativos fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2019: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre ajustes temporários a serem realizados.									
g) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem, quando aplicável, disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias.									
h) Unidade de ações restritas: Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC 10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre grant e vesting, assim se o valor do vesting for menor que o valor do grant no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital da Instituição.									
i) Dividendos e juros sobre capital próprio: Considerando o disposto na Resolução CMN nº 4.706, os Juros sobre Capital Próprio e os Dividendos pagos devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou propostos e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, registrados em conta específica no Patrimônio Líquido.									
4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades no montante de R\$ 21.213 (2018 – R\$ 114), aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 877.880 (2018 – R\$ 793.902) e aplicações no mercado aberto no montante de R\$ 91.600 (2018 – R\$ 57.716).									
5. Aplicações interfinanceiras de liquidez									
	2019	2018							
Aplicações em operações compromissadas – posição bancada	91.600	57.716							
Aplicações em depósitos interfinanceiros – vencimento em até 90 dias	877.880	793.902							
Aplicações em depósitos interfinanceiros – vencimento maior que 90 dias	336.532	-							
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	1.306.012	851.618							
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO									
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
		Segundo semestre em 31 de dezembro	Exercícios findos em 31 de dezembro						
	Nota	2019	2019	2018					
Receitas de intermediação financeira		40.225	76.001	67.986					
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez		40.225	76.001	67.986					
Resultado bruto de intermediação financeira		40.225	76.001	67.986					
Outras receitas (despesas) operacionais		14.429	31.385	25.224					
Receitas de prestação de serviços	13a	31.440	64.064	58.811					
Despesas de pessoal		(4.440)	(8.651)	(7.883)					
Despesas administrativas	13b	(9.656)	(19.723)	(20.338)					
Despesas tributárias		(3.914)	(7.269)	(6.284)					
Outras receitas operacionais	13c	1.182	3.670	1.790					
Outras despesas operacionais	13d	(183)	(706)	(872)					
Resultado operacional		54.654	107.386	93.210					
Resultado antes da tributação sobre o lucro		54.654	107.386	93.210					
Imposto de renda e contribuição social	9	(13.310)	(34.381)	(42.106)					
Provisão para imposto de renda		(8.444)	(21.532)	(23.366)					
Provisão para contribuição social		(5.118)	(12.995)	(18.630)					
Ativo fiscal diferido		252	146	(109)					
Lucro líquido do semestre/exercício		41.344	73.005	51.104					
Quantidade de ações	10	50.000	50.000	50.000					
Lucro líquido por ação no final do semestre/exercício - R\$		826,88	1.460,10	1.022,08					
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO									
(Em milhares de reais)									
		Segundo semestre em 31 de dezembro	Exercícios findos em 31 de dezembro						
	Nota	2019	2019	2018					
Atividades operacionais									
Lucro líquido ajustado		40.435	72.192	51.142					
Lucro líquido do semestre/ exercício		41.344	73.005	51.104					
Ajuste ao lucro líquido:		(909)	(813)	38					
Ativo fiscal diferido		(252)	(146)	109					
Atualização de depósitos judiciais	13c	(1.012)	(1.398)	(848)					
Provisões/reversões para contingências	13d	311	643	687					
Depreciações		44	88	90					
Variação de ativos e obrigações		415.421	86.718	(53.597)					
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez		(9.148)	(336.532)	-					
Redução em outros créditos		656	3.266	2.844					
Redução/(Aumento) em outros valores e bens		34	7	(87)					
(Redução)/Aumento em outras obrigações		428.350	461.588	(13.212)					
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.471)	(41.611)	(43.142)					
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades operacionais		455.856	158.910	(2.455)					
Atividades de investimento									
Aquisição/(Alienação) de outros imobilizados de uso		-	51	(51)					
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimento		-	51	(51)					
Atividades de financiamento									
Pagamento de juros sobre o capital próprio		(20.000)	(20.000)	-					
Pagamento de dividendos		-	-	(150.000)					
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(20.000)	(20.000)	(150.000)					
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa									
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		554.837	851.732	1.004.238					
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício		990.693	990.693	851.732					
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		435.856	138.961	(152.506)					
de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (vesting period), de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o plano de benefícios em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque – NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.									
		Quantidade de ações	Valor em milhares de dólares (USD)	2019					
Ações em circulação em 01/01/2019		187		11					
Ações entregues no exercício (vested)		(187)		(11)					
Ações em circulação em 31/12/2019		-		-					
		Quantidade de ações	Valor em milhares de dólares (USD)	2018					
Ações em circulação em 01/01/2018		668		38					
Ações entregues no exercício (vested)		(481)		(27)					
Ações em circulação em 31/12/2018		187		11					
Em 2018, o valor da obrigação de repagamento registrada no passivo, incluindo encargos sociais, era de R\$ 64. Em virtude desse programa a despesa registrada no exercício é de R\$ 2 (2018 – R\$ 1), incluindo os encargos sociais.									
12. Transações com partes relacionadas (Grupo J.P. Morgan): As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. A Distribuidora é uma empresa controlada pelo Banco J.P. Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO. controladora do Grupo Financeiro JP Morgan. As demais entidades são empresas coligadas.									
		2019	2018						
	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)					
Disponibilidades	21.213	-	114	-					
Banco J.P. Morgan S.A.	21.213	-	114	-					
Aplicações em operações compromissadas									
Banco J.P. Morgan S.A.	91.600	5.415	57.716	1.643					
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.214.412	70.586	793.902	66.343					
Banco J.P. Morgan S.A.	1.214.412	70.586	793.902	66.343					
Negociação e intermediação de valores									
JP Morgan Chase Bank, N.A. - London Branch	(896.803)	-	(469.262)	-					
JP Morgan Chase Bank, N.A. - London Branch	(803.628)	-	(469.262)	-					
JP Morgan Bank Luxembourg	(93.175)	-	-	-					
Despesas administrativas	(1.012)	(11.554)	(1.917)	(10.775)					
Banco J.P. Morgan S.A.	(1.012)	(11.554)	(1.917)	(10.775)					
Despesas de pessoal	-	-	(41)	-					
JP Morgan Chase & CO.	-	-	(41)	-					
Rendas de prestação de serviços									
JP Morgan Chase Bank, N.A. - London Branch	5.442	64.064	5.213	58.811					
JP Morgan Chase Bank, N.A. - London Branch	5.442	62.189	5.102	57.670					
JP Morgan Overseas Capital LLC	-	1.875	111	1.141					
Para fins de cumprimento da Resolução nº 4.636 do CMN a Distribuidora verificou que não houve operações com membros da Diretoria e seus relacionados. As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.									
13. Outras informações									
(a) "Receitas de prestação de serviços", no valor de R\$ 64.064 (2018 – R\$ 58.811), referem-se a receitas de serviço de custódia.									
(b) "Despesas administrativas" referem-se, principalmente, a despesas de aluguel no valor de R\$ 334 (2018 – R\$ 1.035), despesas de serviços financeiros no valor de R\$ 16.577 (2018 – R\$ 15.584) e despesas de serviços técnicos especializados no valor de R\$ 1.609 (2018 – R\$ 2.602).									
(c) "Outras receitas operacionais" referem-se, principalmente, a atualização monetária sobre "Outros créditos - diversos" no valor de R\$ 1.398 (2018 – R\$ 848), a reversão de provisões operacionais no valor de R\$ 775 e a variação cambial sobre serviços prestados a receber no valor de R\$ 1.190. Em 2018, houve devolução de valores pagos a maior no valor de R\$ 930.									
(d) "Outras despesas operacionais" referem-se, principalmente, à atualização monetária de "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" no valor de R\$ 643 (2018 – R\$ 687).									
(e) Em 31 de dezembro de 2019 os ativos em custódia totalizavam R\$ 367.897.390 (2018 – R\$ 300.438.660).									
(f) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Distribuidora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.									

Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício a DTVM apresentou um lucro de R\$ 73.005 mil, correspondente a R\$ 1.460,10 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 51.104 mil. Em 31 de dezembro de 2019, o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 8.139,16 com aumento de 14,97% em relação ao exercício anterior.

A Diretoria				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO				
<i>(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>				
	Nota	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2019	2019	2018
Receitas de intermediação financeira		40.225	76.001	67.986
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez		40.225	76.001	67.986
Resultado bruto de intermediação financeira		40.225	76.001	67.986
Outras receitas (despesas) operacionais ...		14.429	31.385	25.224
Receitas de prestação de serviços	13a	31.440	64.064	58.811
Despesas de pessoal		(4.440)	(8.651)	(7.883)
Despesas administrativas	13b	(9.656)	(19.723)	(20.338)
Despesas tributárias		(3.914)	(7.269)	(6.284)
Outras receitas operacionais	13c	1.182	3.670	1.790
Outras despesas operacionais	13d	(183)	(706)	(872)
Resultado operacional		54.654	107.386	93.210
Resultado antes da tributação sobre o lucro ...		54.654	107.386	93.210
Imposto de renda e contribuição social	9	(13.310)	(34.381)	(42.106)
Provisão para imposto de renda		(8.444)	(21.532)	(23.367)
Provisão para contribuição social		(5.118)	(12.995)	(18.630)
Ativo fiscal diferido		252	146	(109)
Lucro líquido do semestre/exercício		41.344	73.005	51.104
Quantidade de ações	10	50.000	50.000	50.000
Lucro líquido por ação no final do semestre/exercício - R\$		826,88	1.460,10	1.022,08

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO				
(Em milhares de reais)				
	Nota	Segundo semestre 2019	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2019	2019	2018
Atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado		40.435	72.192	51.142
Lucro líquido do semestre/ exercício		41.344	73.005	51.104
Ajuste ao lucro líquido:		(909)	(813)	38
Ativo fiscal diferido		(252)	(146)	109
Atualização de depósitos judiciais	13c	(1.012)	(1.398)	(848)
Provisões/reversões para contingências	13d	311	643	687
Depreciações		44	88	90
Variação de ativos e obrigações		415.421	86.718	(53.597)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez		(9.148)	(336.532)	-
Redução em outros créditos		656	3.266	2.844
Redução/(Aumento) em outros valores e bens		34	7	(87)
(Redução)/Aumento em outras obrigações ..		428.350	461.588	(13.212)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.471)	(41.611)	(43.142)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades operacionais		455.856	158.910	(2.455)
Atividades de investimento				
Aquisição/(Alienação) de outros imobilizados de uso		-	51	(51)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimento		-	51	(51)
Atividades de financiamento				
Pagamento de juros sobre o capital próprio		(20.000)	(20.000)	-
Pagamento de dividendos		-	-	(150.000)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(20.000)	(20.000)	(150.000)
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		435.856	138.961	(152.506)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		554.837	851.732	1.004.238
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício		990.693	990.693	851.732
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		435.856	138.961	(152.506)

...continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante

de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2020



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6